



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 1112017
Código de validação: 6F1D654408

São Luís (MA), 25 de julho de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Des. Cleones Carvalho Cunha
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Assunto: **Relatório da Audiência Pública do polo judicial de Bacabal**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência pública realizada na Comarca de Santa Inês, realizada no dia 22 de junho do corrente ano, abrangendo todas as comarcas que integram o polo judicial de Bacabal

A Audiência pública foi a 3ª de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Mantendo a sistemática da gestão anterior, optamos aqui por fazer a juntada da própria Ata da Audiência, revisada e resumida, em razão da fidedignidade com que foi confeccionada, e também das informações coletadas por ocasião das reuniões, prévias à audiência pública, com os magistrados do polo e Vice-Presidente da OAB de Santa Inês, sintetizadas em breve relatório.

Assim, formalizo o ocorrido na Audiência Pública e reuniões realizadas, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas ainda pendentes e que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Atenciosamente,





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUIDORIA

Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
Matrícula 176362

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 25/07/2017 18:12 (RICARDO TADEU
BUGARIN DUAILIBE)



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO POLO JUDICIAL DE BACABAL,
REALIZADA EM SANTA INÊS.**

Aos 22 dias do mês de junho de 2017, às 18h, no Fórum Desembargador João Miranda Sobrinho, ocorreu a audiência Pública promovida pela Ouvidoria, iniciada com a apresentação do vídeo institucional, no qual o Desembargador destaca a importância do evento e convida a todos a participarem. Após a apresentação do vídeo, a secretária da Ouvidoria inicialmente ofereceu esclarecimentos acerca da proposta da audiência e o prazo para manifestação. Após, chamou para comporem a mesa, o Ouvidor, desembargador Ricardo Duailibe, o juiz diretor do Fórum, Dr. Alessandro Bandeira Figueirêdo, a prefeita Maria Vianey Bringel, Manoel dos Reis, representando o presidente da OAB, Dr. Irandir Garcia, as autoridades. Presentes também os magistrados: Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira Miranda (2ª Vara de Santa Inês) e Dra. Kariny Reis Bogéa Santos (3ª Vara de Santa Inês); Dr. Cristóvão Sousa Barros (2ª Vara de Lago da Pedra), Dr. Felipe Soares Damous (Pio XII), Dr. Jorge Antonio Sales Leite (3ª Vara de Bacabal) e os juízes de Vitorino Freire, Dr. Jairon Ferreira de Moraes (1ª Vara) e Dr. Márcio Aurélio Cutrim Campos (2ª Vara). Passou a palavra ao Ouvidor, que inicialmente expôs a alegria de receber a população e justificou o atraso por aguardar a chegada da população. Agradeceu a presença da Prefeita, do Presidente da Câmara Municipal, ao Diretor do Fórum e do representante da OAB, parte constitucionalmente assegurada do poder Judiciário, e abriu os trabalhos explicando que inicialmente será dada a palavra às autoridades à mesa presentes e após, ao público. Destacou que havia liberdade para que todos pudessem se manifestar e que o público deveria participar sem ter medo de retaliação. Pediu atenção ao tempo de fala para que não extrapolasse o prazo de 5 minutos para que uma quantidade maior de pessoas pudesse participar. Esclareceu que o propósito da Ouvidoria era ouvir os problemas do judiciário para levar para a gestão. O Ouvidor passou a palavra à prefeita, que cumprimentou a todos na pessoa do desembargador Ricardo Duailibe, mostrando satisfação em recebê-lo e surpresa com a presença da população. Disse ser um momento importante que a cada dia precisa ouvir as decisões da lei e parabenizou o trabalho da Ouvidoria e ressaltou ser um momento muito importante para que a população pudesse obter esclarecimento. O Presidente da Câmara Manuel Reis, saudou a mesa na pessoa do Ouvidor e aos demais presentes da pessoa do Dr. Cristóvão e destacou ser um evento muito importante pois a população precisa ouvir mais as decisões da lei e acompanhar o cotidiano da justiça e por isso parabenizou o desembargador pelo excelente trabalho desenvolvido. O Advogado Irandir, representando a OAB, alegou ser conhecedor dos problemas do judiciário, e que os jurisdicionados responsabilizam o advogado pela demora processual, quando o que ocorre é que não trata-se de culpa do advogado e do juiz, trata-se na verdade de um problema

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís - MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) - site: www.tjma.jus.br

estrutural. Destacou que uma grande necessidade em Santa Inês é a implantação da 4ª Vara, que contribuiria muita para desafogar as outras Varas. Em 2015 a OAB fez um levantamento, nesse levantamento foi constatado que a subseção comporta 12(doze) Comarcas e 18 (dezoito) juízes na região, e na oportunidade só haviam 9(nove), por motivos de férias ou licenças, afastamentos previstos por lei. Teceu uma comparação às Varas Trabalhistas, que possuem dois juízes. Portanto Tribunal, OAB e Governo do Estado devem promover uma forma de não sendo possível ficar dois juízes por Vara, haver minimamente juízes substitutos quando da ausência do magistrado titular da Vara. Destacou que quanto ao atendimento dos juízes, estes são sempre acessíveis e cordiais. Relatou que já ocorreu de um magistrado responder por mais de 4(quatro) varas, sendo com a estrutura atual humanamente impossível para os magistrados dar vazão a toda demanda. Por fim, reforçou o pleito da implantação da 4ª Vara e a presença de juiz substituto na Comarca. O Diretor do Fórum, Dr. Alessandro Figueirêdo, cumprimentou os componentes da mesa e o público presente e no intuito de facilitar e esclarecer aos jurisdicionados e advogados, inclusive para embasá-los nas reclamações e sugestões, apresentou dados estatísticos das Varas da Comarca Frisou a questão da implantação da 4ª, que quantitativamente a terceira vara recebe mais processos que o juizado e para fins de esclarecimento exibiu gráficos acerca da distribuição e produtividade da comarca, demonstrando existir mais de 14 mil processos na Comarca. Em que pese o grande acervo recebido, relatou que os juízes têm julgado constantemente os processos e estão sem passivos, mas que tendência é a cada ano aumentar-se o quantitativo de processos impetrados na justiça. Parabenizou os servidores pelo árduo trabalho para atingir tal patamar. Em seguida, a Dra. Luciany apresentou os gráficos da 1ª Vara, unidade pela qual está respondendo, que é a Vara mais crítica por estar sem analista desde 2014 e possuir competência Fazendária e da Justiça Federal. Ato contínuo, a magistrada exibiu gráfico sobre a produtividade da unidade, na qual em 2013 foram proferidos quase 3 mil despachos, no entanto no ano seguinte devido à deficiência no quadro de servidores houve diminuição na produtividade, levando-se ainda em consideração o fato de a magistrada permanecer cerca de 6 meses sem assessoria. Após a nomeação de assessor, já houve uma elevação proporcional na produtividade. Destacou o trabalho da defensoria, chamando a Defensora Pública Cláudia Isabelle Damous para compor a mesa, creditando a DPE o aumento do acesso da população ao judiciário. Mencionou a situação da Comarca de Pindaré Mirim, na qual há também grande demanda processual. Quanto a 2ª vara, unidade da qual é titular desde abril de 2016, a magistrada relatou que a Vara, no que tange à execução penal, possuem 107 processos tramitando no sistema VEP. Exibiu ainda o quantitativo de audiências realizadas, sempre fazendo demonstrando como a ausência de quadro coletivo afeta diretamente na produtividade. A palavra então foi passada à Dra. Kariny Bogéa, que cumprimentou a todos, mostrando-se desejosa que a audiência traga melhorias

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís - MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 - site: www.tjma.jus.br

para a comarca. A juíza, titular da 3ª Vara, informou que há na unidade questões mais delicadas, visto tratar-se das varas das prioridades, menor, inventário, deficiente físico, família. Relatou que foi necessário aumentar a quantidade de audiências, pois não havia mais processo para julgar devido ao esforço direcionado aos processos conclusos para sentença. Informou atingir uma produtividade boa, contudo, recentemente não está sendo possível superar a distribuição, devido ao grande quantitativo de processos novos na justiça. A secretaria também encontra-se com quadro desfalcado desde de 2012, quando a unidade ficou sem comissária de infância e perdeu um técnico judiciário em virtude de falecimento, estando atualmente a magistrada sem assessora. Ressaltou que há um empenho dos juízes em fazer o melhor sempre mas há dificuldades por conta das dificuldades. Após a fala da magistrada, o Dr. Alessandro Figueirêdo agradeceu pela atenção dispensada à Comarca desembargador e reforçou a necessidade da implantação de mais uma vara. Retomando a palavra o Ouvidor agradeceu a presença de todos os magistrados do polo que se fizeram presentes e destacou a importância de Ouvir a população e firmou o compromisso de levar as reivindicações à gestão do Tribunal. O Sr. Genival Pinto, Diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais, apontou a problemática do sistema previdenciário, e afirmou possuir o sindicato quase 28 mil associados. Relatou ainda que foram transferidos os títulos para outro município, e que os títulos antigos não estavam sendo reconhecidos pelo cartório da Comarca. O magistrado de Vitorino Freire, Dr. Jairon Ferreira de Moraes, informou que isso ocorreu em relação aos municípios de Santa Inês e Altamira do Maranhão, onde as populações da Comarca foram relotadas para Altamira do Maranhão. O Sr. José Raimundo Ripardo, representando os trabalhadores da saúde do município de Santa Inês apresentou como sugestão o incentivo à utilização da conciliação, que vai ajudar a desafogar o judiciário dando mais espaço ao conciliador. Que a Justiça deveria investir mais nos programas de defesa do consumidor e destacou que um Procon forte e atuante evitaria também que muitas demandas fossem ao judiciário. Reclamou do fato da população ser pouco orientada em relação aos seus direitos. Apontou que as comarcas do interior precisam de mais juízes, pois estes tiram férias muito extensas e que os feriados do Judiciário deveria ser de acordo com os dos demais trabalhadores. Afirmou ser o tratamento célere qualidade imprescindível da prestação jurisdicional. Reclamou do fato do jurisdicionado não receber atendimento do magistrado às segundas-feiras, por ainda não terem chegado na comarca, conforme informações da secretaria. Sugeriu por fim, que o sistema de processo eletrônico se tornasse mais receptível quanto ao tipo de arquivo a ser juntado ao processo, podendo receber qualquer tipo de arquivo digital, inclusive vídeos. Noticiou que parte do judiciário é descredibilizado perante a população devido a alguns magistrados combinarem ou venderem sentenças, tomando partido no processo, o que é revoltante. O Ouvidor respondeu ao usuário disse que o mesmo poderia entregar todas as reivindicações reunidas por escrito à

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís - MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 - site: www.tjma.jus.br

Ouvidoria para processamento e inclusão em relatório. Quanto à conciliação destacou a importância da conciliação como meio de solução e que está no Projeto um Núcleo de conciliação para ser instalado até agosto e o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) está previsto para ser instalado no mês de setembro. O desembargador respondeu ao usuário, que a maioria dos magistrados são pessoas sérias e desenvolvem suas atividades com afinco, mas que infelizmente em qualquer categoria existem profissionais não tão empenhados. O Sr. Jorge Alves Neponuceno relatou seu problema com processos que envolvem suas propriedades. Informou ter realizado conciliação em audiência com a parte adversa do processo que tem como objeto um apartamento, contudo após 1 ano, ainda não foi proferida decisão nos autos. Relatou outro caso no qual um terreno teve parte da área tomada pelo mesmo dono que o vendeu, o que fez com que o manifestante entrasse com ação de reintegração de posse e em 2 anos o problema também não foi resolvido. Quanto aos processos em seu nome que tramitam na 3ª Vara, a parte alegou que todos os processos dele são negados e protelados, que recentemente o juiz afastou a posse da parte, concedendo-a uma pessoa que há mais de 20 anos não vem na Comarca. Por fim, fez um apelo à Justiça e pediu para a juíza revisse a decisão nesses processos, pois tratam-se de bem de família. A secretária da Ouvidoria, Neusa Lago, registrou o número dos processos para posterior análise e retorno ao manifestante, bem como orientou o usuário a contatar seu advogado, para eventuais recursos. O Sr. Webert Silva dos Santos, conselheiro Tutelar, agradeceu a audiência e a oportunidade de dar sugestões e sugeriu que o Tribunal de Justiça adote mecanismos de proteção ao Conselheiro Tutelar, pois estes têm sido constantemente alvo de ameaça, por conta dos pareceres desfavoráveis aos pais e parentes que detêm a guarda da criança e do adolescente. A Sra. Neusa Maria Pereira, lavradora, reclamou que dirigiu-se ao INSS para obter pensão, contudo ao chegar ao Órgão, foi informada que para a mesma ter direito, deveria possuir a guarda da criança, contudo foi dada decisão favorável a outra parte. Ao questionar o que poderia ser feito no caso em questão, a defensora integrante da mesa, Dra. Cláudia Damous orientou a manifestante à dirigir-se à defensoria, pois se tratava de um caso pontual. A Sra. Rosemeire Moraes, funcionária pública, informou ter dado entrada em um processo dia 15.07.2016, de nº 20352016, apenas para retificar uma letra em seu registro, portanto solicitou que a magistrada desse mais atenção ao caso, pela simplicidade da questão. Sabe do grande quantitativo do judiciário mas fez um apelo pois uma pessoa sem documentos não tem vida civil. O Subtenente, Raimundo Vieira Oliveira, consultou os advogados e os policiais em outro estado, os quais foram atendidos em uma sexta a noite, o que não acontece no judiciário maranhense. Reclamou dos juízes que não permanecem de segunda a sexta-feira na Comarca. Relatou que os policiais militares são os que mais comparecem a audiência porque as partes se recusam a testemunhar, tendo o militar arcar com custas próprias o seu deslocamento a juízo para depor em um processo a

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA


Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

qual não deu causa, despesa portanto que não deveria ser do policial, já que um agente público que age em defesa da população. Isso ocasiona grande omissão por parte dos policiais, que inclusive já foram condenados a pagar cestas básicas pelo não comparecimento à audiência. O Sr. João Lopes da Silva, afirmou ser a audiência uma das melhores reuniões, por estarem presentes os três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Destacou o trabalho da Polícia federal e que a justiça deve tomar providências para acabar com a corrupção. O Sr. João da Cruz Vieira, Quilombola, solicitou às autoridades que olhem a situação dos negros e indígenas, população mais desfavorecida. Relatou que em novembro a comunidade teve processo julgado no Tribunal de Justiça, o qual ganharam com unanimidade, contudo, ainda não foi resolvido, não podendo por isso trabalhar na terra, portanto pediu aos poderes que cuidem da necessidade dessa comunidade. A Sra. Aideuzuíte Soares de Araújo, relatou que o seu registro está errado apenas no tocante ao sexo, que consta como ela sendo do sexo masculino. O seu documento foi lavrado no cartório de Timbiras e por isso, tem necessidade de se deslocar àquele município e por três vezes na ocasião de sua ida o juiz não estava presente, passando três dias ausente na última vez em que a mesma se deslocou até aquela Comarca. Tal situação a impede de viajar ou tirar outros documentos. Portanto solicita o auxílio do Tribunal nesse sentido. O Sr. Marcos Assunção, militar, solicitou a realização de algum estudo que pudesse viabilizar a comunicação dos procedimentos policiais eletronicamente. Questionou se seria possível o Tribunal viabilizar audiência via vídeo audiência videoconferência. O Presidente do conselho de Pastores da cidade reclamou da atuação dos oficiais de justiça, pois há uma dificuldade no cumprimento dos mandados. Processos que tramitam há anos e não são resolvidos pois a audiência deixa de ocorrer porque a parte não foi intimada. O Sr. Claudiano da Conceição relatou que desde ano passado busca a promotoria, já tendo sido tratado naquele órgão de maneira inadequada por um membro da promotoria, e que há alguns meses tenta falar com o promotor, no entanto não obtém atendimento, que é direito do cidadão. Ato contínuo, agradeceu a Defensoria Pública e Segurança Pública do Estado pelo excelente atendimento dispensado a ele. O Ouvidor assumiu o compromisso de encaminhar a reclamação para a Ouvidoria do Ministério Público. A Sra. Maria Luciete Leite Saraiva, Diretora administrativa da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) informou que a instituição possui um processo junto à prefeitura de Santa Inês, que tramita na 1ª Vara, visto que desde 2016 a APAE não está recebendo recurso e os funcionários estão trabalhando voluntariamente. Contou ainda que os alunos da instituição, representados por seus pais, possuem processos na 3ª Vara, pedidos de tutela, e que estes estão passando por dificuldades e aguardam o deslinde dessas Ações, portanto solicitou que os magistrados dessem maior atenção a esses processos. Por último o advogado Irandir, à mesa, destacou que a situação mais crítica é a da 1ª vara, e que há necessidade de mais

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 – site: www.tjma.jus.br

servidores, principalmente naquela unidade. A magistrada já tentou juntamente a OAB verificar mecanismos para melhorar a situação da Vara e da comarca como um todo, de modo a prestar um atendimento mais célere. Em resposta à Sra. Neusa Maria Pereira, a Dra. Kariny Bogéa informou que o processo citado pela jurisdicionada é de novembro de 2016 e no tocante à criança, já foi determinado estudo social. Quanto ao processo do Sr. Jorge Alves, informou tratar-se de processo com trânsito em julgado. No que tange à colocação do Subtenente Oliveira, a Dra. Luciany Miranda expôs que sempre que os policiais comunicam ser vinculados a outra Comarca e residir fora da cidade onde tramita o processo, os juízes possuem o hábito de expedir carta precatória, como no caso de policiais residentes no Piauí, visando facilitar a vida deste, pois são inclusive parceiros da Justiça, no entanto é necessário que os policiais reportem a tal situação. Quanto ao horário de funcionamento judicial esclareceu ser de 8 às 18h e após esse horário tratar-se do plantão judicial. Quanto à senhora Aideuzuíte Araújo, a magistrada explicou que, se residente em Santa Inês, a parte poderia entrar com a ação na Comarca mesmo em vez de se deslocar até Timbiras, aconselhando-a portanto a buscar auxílio de um advogado e defensor. Quanto a Sra. Rosemeire Moraes, que também alegou problemas com o registro, a juíza solicitou o número e nome da parte. Ainda em resposta a manifestação do Tenente Oliveira, o magistrado da 2ª Vara de Lago da Pedra, Dr. Cristóvão Barros, mencionou que o Tribunal de Justiça fornece a lotação do juiz a qualquer tempo, no entanto a Polícia não fornece essa lotação atualizada, portanto caberia ao próprio Comando fornecer tal lista ao Judiciário de modo a facilitar a vida de seu efetivo, quando por ocasião de intimação para depor em outra Comarca. O policial considerou salutar a sugestão do magistrado. O ouvidor firmou o compromisso de levar o pedido como sugestão ao comandante da Polícia em São Luís. Por fim, o Ouvidor considerou a audiência, uma das mais produtivas, graças a participação da população, perfazendo um total duas horas e quinze minutos de duração. Constatou que poucas colocações não receberam resposta de imediato e assumiu o compromisso de dar um retorno às demais demandas. Agradeceu o apoio dos servidores e do Diretor do Fórum da Comarca, bem como a dos demais juízes presentes e ao Público presente. Os trabalhos foram finalizados às 21h05min. Para constar, eu, Lilian Karissa Costa Barros, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.


Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão

REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS NAS REUNIÕES PRÉVIAS À AUDIÊNCIA

Em reunião realizada pelo Ouvidor às 10h do dia 22.06.2017, no Fórum de Santa Inês, estavam presentes os magistrados da Comarca: Alessandro Bandeira Figueiredo (Juizado), Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira Miranda (2ª Cível); Kariny Reis Bogéa Santos (3ª Cível); ausente Dra. Denise Cysneiro Milhomem (1ª Cível) por motivo de licença. Os juízes relataram a situação de sobrecarregamento da 1ª Vara sobrecarregada, que desde o ano de 2014 encontra-se sem analista e possui competência fazendária. Solicitaram a instalação da 4ª Vara, que inclusive já foi criada, já existindo espaço físico no prédio do Fórum espaço físico para sua instalação. Destacaram o fato de haver previsão de juiz substituto para a Comarca mas a mesma ainda não foi agraciada com tal designação.

Os juízes também pediram que fosse endereçado ao presidente solicitação de treinamento com os funcionários responsáveis pela segurança do Fórum, pois já houve ocorrência de pessoas entrarem armadas no Fórum. A instalação do detector de metais melhorou a segurança, contudo ainda é necessário um treinamento adequado para uma correta abordagem.

Verificou-se em visita ao Fórum da Comarca a existência de uma brinquedoteca para as crianças, cujos pais estiverem em audiência nas Varas de Família, para que não presenciem os conflitos entre seus genitores, projeto este idealizado pela Dra. Kariny Reis Bogéa Santos, magistrada a 3ª Vara. A magistrada destacou que sua unidade é a Vara das prioridades, pois compete a esta os processos de Família, Crime, Interdição, portanto, tem se desdobrado para dar vazão às demandas na medida de sua urgência.

A magistrada Lucianny Cristina de Sousa Ferreira Miranda solicitou maior atenção a Comarca de Pindaré Mirim e Balsas, pois ambas possuem um acervo muito grande. Destacou que a Comarca já realizou diversos pedidos à engenharia pois constantemente se deparam com problemas estruturais, tais como alagamento do prédio no período chuvoso, problemas com a instalação elétrica, já tendo ocorrido incêndio em sala onde fica a aparelhagem de informática. Relatou que os servidores e magistrada da 1ª Vara trabalham



em condições insalubres, pois há a presença de mofo por conta da umidade. Na 2ª Vara estavam sem iluminação e a magistrada por despesa própria comprou várias lâmpadas para substituir as defeituosas. O Ouvidor destacou o Projeto da CEMAR, no qual as lâmpadas são substituídas por outras com menor consumo de energia, inclusive o TRE aderiu. Em continuidade, a magistrada Lucianny relatou a falta de banheiro para servidores e citou ainda as péssimas condições estruturais da penitenciária de Santa Inês que possui uma quantidade de presos muito grande.

O Diretor do Fórum, Dr. Alessandro retratou o problema com a mata na área externa do Fórum, que cresce em uma proporção muito rápida, não sendo a verba suficiente para que possa ser realizada constantemente a capinação, estando a altura da mata superior a altura de um carro. Pleitearam a pavimentação da área para que se possa, inclusive, utilizá-la como estacionamento, já que não há vagas suficientes, e já tendo ocorrência de assaltos a servidores que tenham estacionado do lado de fora.

Informou que a insuficiência de servidores é um problema recorrente, tendo maior gravidade os casos da Comarca de Zé Doca, que está com deficit de 4 servidores e a 1ª Vara de Santa Inês ainda encontrar-se sem analista. A Dra. Luciany sugeriu que seja realizada uma redistribuição de servidores de acordo com a demanda, visto existirem Varas com menor demanda com quadro de servidores completos, em contraponto a outras com elevada demanda e desfalque no quadro funcional.

O fato da Comarca de Santa Inês não possuir Justiça Federal acarreta em uma grande demanda para a 1ª Vara, que recebe Ações da Fazenda Pública, Execuções Fiscais e Ações previdenciárias do INSS, ficando desta maneira sobrecarregada. Deste modo os juízes questionaram sobre possibilidade de um projeto para delimitar, que os processos de matéria da Justiça Federal, quando pertencentes a localidades que ultrapassem 100 km de distância da Comarca sejam encaminhados para a Vara Federal em Bacabal.

Em reunião realizada pelo Ouvidor com os magistrados do Polo, realizada às 17h do dia 22.06.2017, estavam presentes os juízes da Comarca de Santa Inês, Alessandro Figueiredo (diretor do Fórum e titular do Juizado Especial Cível e Criminal), Luciany



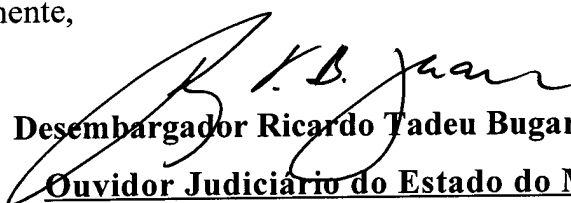
PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA
Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís - MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 - site: www.tjma.jus.br

Miranda (2ª Vara) e Kariny Reis (3ª Vara); Cristóvão Sousa Barros (2ª Vara de Lago da Pedra); Felipe Soares Damous (Pio XII); Jorge Antônio Sales Leite (3ª Vara de Bacabal); e os juízes de Vitorino Freire, Jairon Ferreira de Moraes (1ª Vara) e Márcio Aurélio Cutrim Campos (2ª Vara). Foi levantada pelos juízes a questão da segurança nos fóruns, que precisa ser aprimorada. Outras reivindicações apresentadas, foi no tocante à quantidade de servidores e à necessidade de juízes substitutos, sendo tais medidas extremamente importantes para que se consiga dar maior vazão à demanda processual. O aumento da criminalidade e a insuficiência de unidades carcerárias na região foi outra questão apontada na ocasião.

Em reunião da Coordenação da Ouvidoria com a OAB Seccional de Santa Inês, às 14 h do dia 21.06.2017, o Vice-Presidente da OAB, Dr. Adson em nome da instituição destacou a urgente necessidade de instalação da 4ª Vara e de uma Turma Recursal em Santa Inês. Não sendo a princípio possível, solicitou que sejam realizadas mais sessões na Turma Recursal de Bacabal, que atualmente só ocorre uma vez por semana, sendo incompatível com a necessidade, visto que a Comarca de Santa Inês já demanda a instalação de uma Turma própria. Quanto à morosidade processual na comarca, enquanto não houver a instalação da 4ª Vara, não haverá um equilíbrio entre a demanda e a vazão dada a esta, mas pediu que, como solução a curto prazo, o Tribunal de Justiça envie a Comissão sentenciante ou realize mutirões Pauta Zero na Comarca.

Foram as reivindicações apresentadas pelos magistrados do polo e Vice-Presidente da OAB, por ocasião de reuniões prévias à Audiência, aqui sintetizadas, e encaminhadas para a adoção das providências reputadas possíveis.

Atenciosamente,


Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão